

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber, projeções para realização de impostos a recuperar e cálculo para determinação de redução ao valor recuperável do ativo.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. O impacto de tais revisões é reconhecido no exercício em que são efetuadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e bancos

	2014	2013
Fundos exclusivos (*)	538	9.566
Certificados de Depósito Bancário - CDB	240.960	144.443
Fundos de renda fixa	103.129	17.406
Letras do Tesouro Nacional - LTN "over"	–	137.347
Notas do Tesouro Nacional - NTN "over"	–	3.550
Letras financeiras com instituições privadas	–	3.550
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	45.184	74.662
Total	390.999	388.388

7. INVESTIMENTOS**7.1. Composição das participações**

Participação direta	Informações das Investidas		Resultado da equivalência patrimonial		Ajustes de avaliação patrimonial		Saldo do investimento					
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013				
Controladas:												
Alpargatas S.A.	44,12	44,12	3.646.566	1.545.662	1.997.726	280.151	162.837	123.148	136.394	15.290	881.452	809.411
Arrossensal Agropecuária e Industrial S.A.	100,00	100,00	47.742	22.661	24.881	(6.763)	2.332	(6.763)	1.482	–	24.881	19.351
Camargo Corrêa Administração e Participações Ltda.	(a)	–	97,19	–	–	(361)	(142)	(351)	(245)	–	–	352
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A.	99,96	99,96	1.965.294	1.430.300	489.396	165.653	(48.323)	165.591	126.203	–	489.206	323.756
Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg S.à.r.l.	(i)	100,00	100,00	–	64	1.585.206	(970)	(90.892)	(370)	(90.892)	265.707	1.610.137
Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.	(j)	100,00	100,00	3.037.116	797.897	2.239.219	68.333	(64.970)	68.333	(55.363)	(260.847)	2.459.209
Camargo Corrêa Geração de Energia S.A.	(k)	100,00	100,00	3.121	172	2.949	630	274	630	1.221	–	10.410
Camargo Corrêa Overseas Ltda.	(l)	–	99,80	–	–	–	–	(414)	–	(1.387)	–	–
Camargo Corrêa Naval Participações Ltda.	(m)	–	–	–	–	–	–	(11.704)	–	(31.086)	–	–
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-estrutura S.A.	100,00	100,00	1.705.844	493.344	1.212.503	231.104	93.786	231.105	235.279	(1.502)	1.212.503	1.160.230
CV Serviços e Meio Ambiente S.A.	(n)	100,00	99,93	26.251	4.499	21.752	27.777	13.225	27.762	6.854	–	21.752
Cagepar Serviços e Participações Ltda.	(o)	–	99,97	–	–	–	255	(485)	255	(474)	–	(447)
Intercement Participações S.A.	(p)	100,00	100,00	22.484.947	15.273.414	4.534.987	128.013	(1.071)	128.013	490.011	37.715	4.534.987
Morro Vermelho Taxi Aéreo Ltda.	(q)	–	100,00	–	–	–	(3.604)	(2.648)	(4.653)	(13.888)	–	49.293
Controladas em Conjunto:												
Átala Holdings S.A.	53,67	53,67	1.914.520	102.284	1.812.236	59.333	6.732	31.844	29.428	(14.735)	972.636	667.425
Camargo Corrêa Denmark Aps	3,10	3,09	27.325	46	27.279	(17.241)	(14.002)	(533)	(1.482)	542	845	835
CCCMONTS Participações Ltda.	0,18	1,01	31.161	341	30.819	4.420	(44)	8	1	(5)	55	104
Loma Negra Cia. Argentina S.A.	(r)	–	0,72	–	–	–	–	1.750	114	281	(360)	–
Vila Olímpia Participações Ltda.	(s)	–	23,90	–	–	–	–	(266)	(1.879)	(138)	–	85.679
VBC Energia S.A.	43,60	43,60	955.692	(288.202)	1.243.894	123.922	66.261	54.032	52.448	(11.307)	542.358	535.106
Custo e outros:												
CPFL Energia S.A.	0,09	0,09	–	–	–	–	–	–	–	–	14.453	14.453
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	601	255
Antecipações recebidas de investidas	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(728.882)	(784.317)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	383.393
Ágio e direito de concessão em controladas e controladas em conjunto	(g)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Subtotal											80	952.228
Provisão para perda em controladas:											80	952.228
A.Y.U.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.	(c)	100,00	–	(157.129)	46.484	(203.612)	(198.200)	–	(198.200)	–	9.850	(203.612)
Allpar GmbH	(h)	100,00	100,00	1.624.621	803.023	821.597	(26.651)	(16.644)	(26.651)	8.427	(38.421)	821.597
CCSA Finance Ltd.	(i)	100,00	100,00	1.660.256	1.929.227	(268.971)	(31.612)	(22.077)	(31.612)	(31.686)	(1.546)	(268.971)
International Engineering Holding GmbH	(j)	100,00	100,00	879.577	245	879.331	(14.518)	(6.880)	(14.518)	(50.001)	54.843	879.331
Mútuos - CCSA Finance Ltd.	(f) e (h)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	757	(1.501.378)
Total											25.483	(273.033)
											545.305	811.387

(a) Investimentos incorporados em 2014, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.
 (b) Em 31 de outubro de 2014, a CCSA adquiriu as ações dos minoritários e passou a deter 100% do capital da controlada CV Serviços e Meio Ambiente S.A.
 (c) Em 1º de outubro de 2014 foi constituída a controlada A.Y.U.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. ("AYUSPE"), com o objetivo de concentrar a participação acionária na controlada Grupo Tavex S.A., que estava distribuída entre suas controladas Alpargatas S.A. e Camargo Corrêa Denmark Aps S.A. Referente às ações e direito de concessão pagos na aquisição das seguintes controladas e controladas em conjunto: Átala Holdings S.A., CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., Loma Negra C.I.A.S.A., Alpargatas S.A. e VBC Energia S.A., nos montantes de R\$383.959, R\$518.693, R\$8.450, R\$38.689 e R\$2.437, respectivamente. Os ágios foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 e têm como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. O direito de concessão na controlada em conjunto VBC Energia S.A. é amortizado pela média ponderada das concessões.
 (d) Os investimentos nas controladas Allpar GmbH, CCSA Finance Limited e International Engineering Holding GmbH estão classificados na rubrica "provisão para perda em controladas" por conta do efeito líquido das transações entre essas empresas ser de natureza passiva.
 (e) A controlada Camargo Correia Overseas Ltda. teve suas operações descontinuadas em 31 de janeiro de 2014.
 (f) A controlada indireta Camargo Corrêa Naval Participações Ltda. possui participação de 33,10% no Estaleiro Atlântico Sul S.A. ("EAS") e a controlada CCC possui 0,23%, totalizando uma participação de 33,33% no EAS. Em 31 de dezembro de 2014, o investimento indireto correspondia a aproximadamente R\$7.000. As demonstrações financeiras da controlada em conjunto Estaleiro Atlântico Sul S.A. foram elaboradas no pressuposto da continuidade de suas operações. Na data de emissão dessas demonstrações financeiras, essa controlada em conjunto está discutindo os termos decorrentes do cancelamento do contrato com um de seus principais clientes e os reflexos de um eventual cancelamento de contratos com determinados fornecedores de materiais e serviços, além de estar adotando a metodologia de medida para a sua reestruturação operacional e financeira.
 (g) Referem-se a mútuos passivos mantidos com a CCSA Finance Ltd., reclassificados para fins de apresentação para a rubrica "provisão para perda em controladas".
 (h) Referem-se às ações e direito de concessão pagos na aquisição das seguintes controladas e controladas em conjunto: Átala Holdings S.A., CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., Loma Negra C.I.A.S.A., Alpargatas S.A. e VBC Energia S.A., nos montantes de R\$383.959, R\$518.693, R\$8.450, R\$38.689 e R\$2.437, respectivamente. Os ágios foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 e têm como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. O direito de concessão na controlada em conjunto VBC Energia S.A. é amortizado pela média ponderada das concessões.
 (i) Os investimentos nas controladas Allpar GmbH, CCSA Finance Limited e International Engineering Holding GmbH estão classificados na rubrica "provisão para perda em controladas" por conta do efeito líquido das transações entre essas empresas ser de natureza passiva.
 (j) A controlada Camargo Correia Overseas Ltda. teve suas operações descontinuadas em 31 de janeiro de 2014.
 (k) A controlada indireta Camargo Corrêa Naval Participações Ltda. possui participação de 33,10% no Estaleiro Atlântico Sul S.A. ("EAS") e a controlada CCC possui 0,23%, totalizando uma participação de 33,33% no EAS. Em 31 de dezembro de 2014, o investimento indireto correspondia a aproximadamente R\$7.000. As demonstrações financeiras da controlada em conjunto Estaleiro Atlântico Sul S.A. foram elaboradas no pressuposto da continuidade de suas operações. Na data de emissão dessas demonstrações financeiras, essa controlada em conjunto está discutindo os termos decorrentes do cancelamento do contrato com um de seus principais clientes e os reflexos de um eventual cancelamento de contratos com determinados fornecedores de materiais e serviços, além de estar adotando a metodologia de medida para a sua reestruturação operacional e financeira.

7.2. Movimentação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto

	2014	2013
Saldo em 31 de dezembro de 2012	10.620.223	–
Adições (a)	1.669.623	(21.130)
Reestruturação societária	(21.130)	(3.079)
Baixas	(24.289)	(528.396)
Juros sobre mútuo	(24.289)	(528.396)
Juros sobre juros sobre o capital próprio	(24.289)	(528.396)
Equivalência patrimonial	811.387	–
Ajustes de avaliação patrimonial	98.192	–
Amortização de direito de concessão (f)	(21.082)	–
Outras transações de capital com acionistas (g)	(192.700)	–
Outros	(4.717)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2013	12.404.042	–
Adições (b)	325.657	(186.710)
Baixas (redução de capital (c))	(186.710)	–
Reestruturação societária	294.294	–
Juros sobre mútuo	(11.215)	–
Liquidação de mútuo	28.871	–
Dividendos destinados aos detentores de ações preferenciais (d)	(199.676)	–
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	(208.580)	–
Anulação de dividendos propostos (e)	122.492	–
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	(91.280)	–
Equivalência patrimonial	545.305	–
Ajustes de avaliação patrimonial	56.061	–
Amortização de direito de concessão (f)	(21.082)	–
Prescrição de dividendos em controladas	1.404	–
Outras transações de capital com acionistas (g)	(202.174)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.856.809	–

(a) Referem-se substancialmente ao aumento de capital na controlada ICP, conforme detalhado na nota explicativa nº 9.
 (b) Referem-se substancialmente a adiantamentos para futuro aumento de capital nas investidas CCDI e CCCP.
 (c) Referem-se substancialmente à transferência de investimentos do acionista controlador, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.1.(e).
 (d) Referem-se aos dividendos distribuídos pela controlada InterCement Participações S.A., exclusivamente a seus acionistas detentores de ações preferenciais, conforme detalhado na nota explicativa nº 9.
 (e) Em 4 de abril de 2014, a CCSA renunciou ao direito de recebimento de dividendos declarados nas demonstrações financeiras de dezembro de 2013 de sua controlada InterCement Participações S.A.
 (f) Referem-se à amortização do direito de concessão da controlada VBC Energia S.A.
 (g) Referem-se substancialmente aos efeitos na combinação de negócios e demais transações entre acionistas de controladas sem alteração de controle.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2014	2013
Impostos parcelados (*)	85.421	86.803
Outros	99	1.324
Total	85.520	88.127
Classificados no passivo circulante	10.336	10.620
Classificados no passivo não circulante	75.184	77.507

(*) O saldo refere-se substancialmente à adesão ao programa brasileiro de parcelamento ("REFIS"), nos anos 2009 (R\$50.561) e 2013 (R\$34.047). Conforme previsto na legislação que regula o referido programa de parcelamento, houve a redução de multas e juros (percentuais de redução variam conforme o prazo para pagamento). No REFIS de 2009, foram incluídos os processos relativos ao não recolhimento, com fundamento na legislação vigente, do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre as receitas de juros sobre o capital próprio, entre outros, amparada por liminar concedida em 2002. Já o REFIS de 2013, refere-se aos processos relativos ao não recolhimento de imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL das subsidiárias estrangeiras da CCSA, durante os anos de 2002 a 2012, cujo efeito no resultado foi um ganho de R\$24.357 no segundo semestre de 2013.

9. OBRIGAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE AÇÕES DE CONTROLADA

	2014	2013
Principal	1.550.000	1.550.000
Custos de transação a amortizar	(17.659)	(19.666)
Total da obrigação para aquisição de ações de controlada	1.532.341	1.530.334
Passivo não circulante	1.532.341	1.530.334

A movimentação de obrigação para aquisição de ações da controlada é como segue:

	2014	2013
Saldo em 31 de dezembro de 2012	–	–
Adições	1.550.000	–
Custo na emissão de ações preferenciais	(19.666)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.530.334	–
Encargos provisionados	199.676	–
Dividendos mínimos destinados aos detentores de ações preferenciais	(163.154)	–
Dividendo intermediário distribuído aos detentores de ações preferenciais	(36.522)	–
Aprovação dos custos de captação	2.007	–
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.532.341	–

Em 19 de dezembro de 2013, a controlada ICP emitiu 2.359.001 ações preferenciais, sem valor nominal, representando 9,42% do capital social da ICP. Tais ações preferenciais foram emitidas ao preço de R\$657,05 por ação, o que corresponde ao montante de R\$1.530.334, líquido dos custos de emissão. As ações preferenciais conferem, a seus detentores, dividendos mínimos que correspondem à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os detentores das ações preferenciais têm o direito, nos moldes e critérios definidos no Contrato de Opção de Compra e Venda de Ações, de vender as referidas ações à CCSA por um preço de exercício que corresponde ao total do montante originalmente aportado, acrescido de remuneração mencionada, deduzido dos valores pagos a título de dividendo. A opção de venda pode ser exercida em dezembro de 2023.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Vencimento	Encargos	2014	2013
Cédula de Crédito Bancário - CCB	Outubro de 2020	113,4% do CDI	516.016	–
Total do empréstimo			516.016	–
Parcela classificada no circulante			946	–
Parcela classificada no não circulante			514.763	–

Em 24 de dezembro de 2014, a CCSA emitiu uma CCB de R\$515.000 no Banco do Brasil S.A. Os juros são devidos semestralmente, a partir de 10 de julho de 2015 e o principal será liquidado conforme tabela a seguir:

	Amortização - valores nominais
10 de outubro de 2017	154.500
10 de outubro de 2018	151.000
10 de outubro de 2019	154.500
10 de outubro de 2020	154.500

A referida emissão não possui cláusulas restritivas.

11. DEBÊNTURES

Descrição	Encargos	Vencimento	2014	2013
2ª emissão - 2ª série (a)	114,0% do CDI	Dezembro de 2015	25.578	25.578
4ª emissão - série única	116,9% do CDI	Outubro de 2020	255.759	238.023
6ª emissão - série única (b)	113,5% do CDI	Outubro de 2015	–	614.581
7ª emissão - série única	100,0% do CDI + 0,90%	Novembro de 2019	610.883	609.146
8ª emissão - série única (a)	113,5% do CDI	Agosto de 2018	626.323	–
2ª emissão - série única (d)	100,0% do CDI + 0,95%	Dezembro de 2019	401.919	–
Total das debêntures			1.891.864	1.713.728
Custos de transação a amortizar			(9.748)	–
Total das debêntures líquidas de custos a amortizar			1.891.136	1.708.840
Passivo circulante			44.122	262.445
Passivo não circulante			1.847.014	1.446.395

(a) Em 25 de agosto de 2014, a CCSA realizou a 8ª emissão de debêntures simples, nominativas e

(*) No exercício de 2014, as aplicações em fundos exclusivos renderam 102,60% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (102,12% do CDI no exercício de 2013).

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2014	2013
Fundos exclusivos (*):	1.104	5.170

futuros das operações mencionadas, tendo em conta até 12 meses de vencimento. O cenário 2 considera uma valorização ou desvalorização dos índices, em relação ao cenário 1, de 25% e o cenário 3 de 50% em relação ao cenário 1.

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Previdência privada

A CCSA possui um plano de previdência privada complementar, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a CCSA e o colaborador contribuem mensalmente. Além das contribuições básica e suplementar realizadas pelo colaborador em contrapartida à CCSA, há também a contribuição esporádica realizada somente pelo colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a CCSA contribuiu com o montante de R\$1.112 (R\$1.164 em 2013).

b) Outros benefícios a empregados

São concedidos, ainda, outros benefícios aos empregados, tais como auxílio-médico, auxílio-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-transporte e treinamentos, entre outros.

21. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO FLUXO DE CAIXA

	2014	2013
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Devolução de capital social de investida com transferência de investimentos	130.891	-
Aumento de investimento com assunção de dívida	41.265	1.530.334
Redução de investimento com liquidação de dívida	(199.676)	-
Aumento de investimento com adiantamento para futuro aumento de capital	13.042	300.203

22. OPERAÇÃO "LAVA JATO" E SEUS REFLEXOS NA CONTROLADA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S/A ("CCCC") E CONTROLADA EM CONJUNTO ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S.A. ("EAS")

Em março de 2014, a controlada CCCC tomou conhecimento, através da imprensa, das investigações conduzidas pela Polícia Federal do Brasil e pelo Ministério Público Federal, da denominada "Operação Lava Jato" (Operação). A Administração da controlada, apoiada por especialistas externos por ela contratados adotou diversas medidas objetivando esclarecer os fatos, identificar possíveis riscos e consequências nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

A Administração da controlada e os especialistas por ela contratados analisaram os registros contábeis e financeiros, efetuaram investigações de natureza forense nos arquivos, documentos e transações da controlada e de seus colaboradores, com o objetivo de identificar eventuais indícios de desvios de conduta ou descumprimento das normas de Compliance, regidas pelo Programa Interno de Gestão da Ética e Integridade.

Em decorrência dos desdobramentos da Operação conhecidos até o momento, a Administração da controlada, em conjunto com os seus consultores jurídicos, identificou e avaliou os riscos com desfecho considerado de: (i) possível perda de até R\$ 730 milhões, para as quais nenhuma provisão foi registrada; e (ii) provável perda de R\$ 62 milhões, para a qual foi constituída provisão em 31 de dezembro de 2014. A avaliação dos consultores jurídicos leva em consideração não apenas os processos administrativos e judiciais existentes e movidos pela Corregedoria Geral da União e pelo Ministério Público Federal, mas também outros que eventualmente possam ser iniciados em desfavor da controlada.

As investigações continuam em andamento e, portanto, outros fatos poderão vir a ser conhecidos e serão avaliados pela Administração da controlada.

Impacto na continuidade das operações e capacidade financeira

A Administração da controlada e seus consultores jurídicos avaliam que o eventual desembolso, se houver, decorrente dos riscos quantificados, será exigido no médio e longo prazos e poderá ser suportado pelo fluxo de caixa gerado pelas operações.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da carteira total de contratos da controlada (Backlog) é de R\$ 10,4 bilhões, com clientes predominantemente privados, sendo o saldo contratual de projetos com a Petrobrás inferior a 5% (R\$ 490 milhões).

Adicionalmente, a controlada em conjunto Estaleiro Atlântico Sul S.A. foi mencionada em um dos depoimentos da Operação Lava Jato por supostas irregularidades em contratos com a Petrobras. Em função dessas alegações, a Administração da controlada em conjunto realizou investigações internas, conduzidas por especialistas independentes, que não confirmaram tais alegações.

23. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na Reunião da Diretoria da CCSA realizada em 29 de abril de 2015, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA - Contador CRC 1SP 202165/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Camargo Corrêa S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Camargo Corrêa S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a

avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 22, a controlada Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (CCCC) está sendo investigada por diversos órgãos da administração pública federal em função de supostas irregularidades na contratação e execução de determinadas obras e está conduzindo diversas verificações internas, descritas na referida nota. Até a data da emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, a Administração da controlada identificou as potenciais contingências relacionadas ao assunto e contabilizou provisão para os riscos considerados como perda provável e divulgou os efeitos potenciais das contingências classificadas como possíveis. Considerando a data recente dos processos e alegações iniciados contra a controlada, a falta de jurisprudentia sobre casos similares e o fato de a investigação estar em andamento, outros fatos poderão vir a ser conhecidos, cujo desfecho não pode ser determinado até o momento e poderão afetar os valores provisionados e os valores das contingências divulgadas em 31 de dezembro de 2014.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que possam advir do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Camargo Corrêa S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7(j), a Companhia possui investimento indireto na controlada em conjunto Estaleiro Atlântico Sul S.A. As demonstrações financeiras dessa controlada em conjunto foram elaboradas no pressuposto da continuidade de suas operações. Na data de emissão dessas demonstrações financeiras, essa controlada em conjunto está discutindo os termos decorrentes do cancelamento do contrato com um de seus principais clientes e os reflexos de um

eventual cancelamento de contratos com determinados fornecedores de materiais e serviços, além de estar adotando uma série de medidas para a sua reestruturação operacional e financeira. Portanto, a continuidade de suas operações dependerá do sucesso dessas medidas. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que não requerem a apresentação de tal demonstração. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Camargo Corrêa S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foram apresentadas separadamente e foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório, em 29 de abril de 2015, com ressalva e ênfase similares às descritas acima.

São Paulo, 29 de abril de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Contador - Ismar de Moura

CRC nº 1 SP 179631/O-2